

Pactuingá

fetec/PR

CUT Brasil

CNB Brasil

ANO V - Nº 52 - Abril e Maio/2001

Jornal dos bancários das regiões de Paranavai, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama, Guarapuava, Goioerê, Cianorte e Maringá

Por que está faltando água? Páginas 4 e 5

Acordo do FGTS: por que a CUT é contra. Pág. 2

Bancos: Banestado e Bradesco demitem
Contec/Caixa fecha acordo ruim. Pág. 3

Corrupção: deu porroca na Sudam. Pág. 6

ALCA: Argentina barra trabalhadores. Pág. 7

Imposto de renda injusto. Pág. 8



“Jeitinho” Brasileiro de lesar os trabalhadores

Executiva da CUT

O governo FHC e seus aliados no movimento sindical propagam aos quatro ventos que fizeram um acordo para pagar aos trabalhadores os confiscos dos planos Verão e Collor 1. Essa é a primeira de uma série de inverdades que visam esconder que o dinheiro sai do bolso dos credores para o devedor fingir que paga.

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que jamais existiu um acordo. O que existe é um acerto entre governo e parte do movimento sindical.

Diga-se de passagem, nem a CUT (a principal central sindical do país, com uma base de mais de 20 milhões de trabalhadores), nem os principais setores empresariais participaram desse conchavo.

Além disso, o resultado desse conchavo, manifesto num projeto de lei, deverá, ainda, ser apreciado pelo Congresso Nacional. Portanto, é uma deslavada inverdade dizer que existe acordo.

A segunda inverdade, é tentar criar a imagem de que o governo, e seus aliados, tem a preocupação com os traba-

lhadores de menor renda. Se isso correspondesse à realidade dos fatos, esses senhores teriam votado a favor do projeto de resolução da CUT, protocolado no Conselho Curador do FGTS no dia 19 de março, disponibilizando o Patrimônio Líquido do Fundo (cerca de R\$ 8,7 bilhões) para pagar a todos os trabalhadores, com direito à correção, até R\$ 1 mil, imediatamente e não somente a partir de julho do ano que vem, como quer o governo e seus estafetas. O dinheiro está lá, dependia somente da boa vontade do governo, que sozinho tem a maioria dos votos no Conselho, para ser aprovado. Não foi.

Além disso, o conchavo quer impor um pedágio aos trabalhadores, de 10% a 15%, um prazo de carência que varia de 12 a 24 meses para início dos pagamentos e seu parcelamento em até 7 pagamentos semestrais. Você acha pouco?.

Tem mais, durante todo esse tempo nem os ínfimos 3% de juros que deveriam ser aplicados sobre os saldos das contas no FGTS de todos os trabalhadores com direito à

correção, serão pagos. A dívida que o governo tem para com você – já abatido o pedágio – só será corrigida monetariamente pela TR.

Mas não é somente dessas maneiras que os trabalhadores são prejudicados. O conchavo aumenta em 0,5% a alíquota que os empresários pagam ao FGTS e aumenta em 10 pontos percentuais a multa rescisória. É claro que os empresários vão repassar parte desses aumentos de custos aos preços dos produtos, outra parte será repassada aos salários e à demissão de trabalhadores. Ignorar que os custos do empresariado, no curto prazo, serão repassados integralmente para os trabalhadores, no médio prazo, não é ingenuidade, é má fé de setores sindicais que só estão preocupados em participar de conchavos com o governo, em detrimento de direitos dos trabalhadores.

O governo e seus apañiguados escondem que seu conchavo tenta impor um confisco que pode chegar a 50% do valores devidos aos cidadãos (R\$ 12 bilhões do FGTS e R\$ 8 bilhões do deságio e não remuneração dos juros anuais de 3% durante a carência e

parcelamento do pagamento da correção). Esses R\$ 20 bilhões se aplicados em habitação popular representariam mais de 1 milhão de moradias e em mais de 1,97 milhão de empregos gerados adicionalmente na construção civil (metodologia do BNDES) em apenas cinco anos.

Ao final desse período, o emprego formal gerado diretamente recolheria, a mais, ao FGTS cerca de R\$ 2,076 bilhões, levando em consideração o salário médio de R\$ 485,00.

A CUT insiste: este pode ser o pior “acordo” do mundo, pelo qual o devedor transfere sua dívida para os outros e ainda tenta faturar politicamente desrespeitando a democracia e os cidadãos.

A sociedade brasileira quer que o Congresso Nacional discuta e bem. Não é aceitável que uma dívida do governo, seja paga com o patrimônio dos trabalhadores, dos que pagam impostos e com aumentos sobre preços que incidem sobre toda a sociedade.

O debate não pode ser substituído por jogos de cena e inverdades.

Paraná

Poucas e Ruins

Educação

O Paraná é o pior da região sul. Pesquisa recente mostra que o Paraná tem 10,2% de analfabetos. Em Santa Catarina são 6,8% e no Rio Grande do Sul, 6,1%. Aí se explica por que os gaúchos estão sempre na dianteira em estatísticas como: melhor qualidade de vida, maior participação política, etc...

Lerner mentiu...

Prá vender o Banestado, disse que o dinheiro ia ser destinado a investimentos sociais. Na verdade o dinheiro ficou com o Banco Central como abatimento de dívidas do Estado. O que os paranenses viram este ano, foi uma semana sem aulas nas escolas. Motivo: Lerner não tinha repassado a verba do transporte escolar. Caravanas de prefeitos foram até Curitiba mendigar a verba. Liberou, mas muitas prefeituras afirmam que só vai dar até o meio do ano...

..Mente de novo

Lerner tem afirmado que 30% da venda Copel irá para áreas sociais. Quem conhece o tamanho da dívida do Paraná, sabe que o dinheiro é prá pagar dívida. Só para o Itáú são R\$ 415 milhões (valor de junho de/99). Lerner deu como caução ações da Copel para garantir a compra pelo Banestado de títulos públicos de Alagoas. Santa Catarina, Osasco e Guarulhos. Com exceção dos analfabetos, a maioria dos paranaenses não compraria títulos da dívida de Alagoas. Lerner comprou...

Copel: o povo não quer vender

Com exceção de Lerner, é difícil encontrar um paranaense que apóie a idéia de privatizar a Copel. No mês passado a imprensa noticiava que até mesmo os deputados da base de Lerner não aprovavam a venda da Copel. Noticiam agora que mudaram de opinião. Corre um tititi à boca pequena, sobre dinheiro nesta mudança de posição. Pesquisas mostram que

100% do povo é contra. Alcione Cristiano Macedo, diretor do Pactuingá em Guarapuava avalia que “o cidadão que acompanha o resultado das privatizações de outros estados, vai ser contra mesmo, as tarifas subiram e falta energia. Os Sindicatos do Pactuingá tem mobilizado a população com a coleta de assinaturas em abaixo-assinados contra a venda Copel.

Painel da Cidadania

Com o apoio de outras entidades, os sindicatos do Pactuingá dará oportunidade à população de conhecer a posição dos deputados estaduais do Paraná, através do Painel da Cidadania. É um placar com os nomes dos deputados estaduais e sua respectiva votação em relação a venda da Copel. (contra ou a favor). A direção do Pactuingá se mobiliza para que a Copel, que tem investimentos sociais (como a tarifa social pra famílias de baixa renda) não seja entregue a iniciativa privada, que só visa lucro. Nunca é demais lembrar de novo, que em 2000, mesmo com as tarifas sociais, a Copel teve aproximadamente 500 milhões de lucro líquido. O que desmonta a tese de Lerner, de que no futuro a Copel não vai ter condições de enfrentar a concorrência de empresas privadas que vão se instalar no Paraná. O que é muito duvidoso, vide o caso das rodovias pedagiadas. Pegaram as rodovias construídas, arrecadam horrores e não investem

Lerner/Itaú/Banestado 3.200 DEMISSÕES

Somando-se as adesões ao PDV e as demissões anteriores ao PDV, o Banestado, após a compra pelo Itaú, já promoveu mais de 3200 demissões. No Pactuingá, 169 trabalhadores aderiram ao PDV. Na região de Umuarama, foram 45 adesões.

Em Campo Mourão e Guarapuava foram 40 adesões. Em Paranaíba, 28, e em Toledo, 14 adesões. Estes números confirmam, infelizmente, o que os Sindicatos denunciavam como consequência do processo de privatização: a demissão em massa de trabalhadores.

A tensão é grande, especialmente entre os gerentes que, além de ter que se adaptar aos métodos do Itaú, tem que enfrentar o pesadelo da demissão de si mesmos e dos colegas. Em todo o Banco, vários bancários tinham passado em concurso interno para Gerente e, agora, não tem nem mesmo certeza se serão mantidos no emprego.

Outros vêm exercendo fun-

ções de Gerente Geral, mas recebendo como Gerente de Negócios, ou mesmo, acumulando Gerência Geral com Gerência Operacional.

O Acordo Coletivo do Banestado venceu em 28 de fevereiro e não foi renovado. O Itaú está tentando um subterfúgio para fazer valer, desde já, as cláusulas da Convenção da Fenaban, inclusive em relação ao piso salarial, o que seria um desastre, pois o piso da Fenaban é menor que o do Banestado e possibilitaria a contratação de funcionários com salários mais baixos. Por fim, nunca é demais lembrar que a privatização do Banestado foi uma escolha do Governo do Paraná, que tinha a opção de fazer saneamento, sem a privatização.

É bom lembrar, também, que Lerner já lançou seu sucessor: Rafael Greca (PFL), aquele que afundou a comemoração dos 500 anos do Brasil. E não deixe de contar isto aos amigos.

Bradesco demite os mais velhos de banco

A comissão de Empresa dos Funcionários do Bradesco prepara uma mobilização em nível nacional para fazer frente as demissões e

terceirizações no Bradesco. Começou em São Paulo e já se espalha em todo Brasil. Demite quem tem mais tempo de casa e contrata novos funcionários através de empresas terceirizadas.

Nos últimos três meses já foram 600 demitidos, muitos deles acometidos

de LER. A Comissão avalia que a demissão é seletiva. Avalia também que a venda do anuênio tem a ver com as demissões. Na base do Pactuingá várias agências do Bradesco estão passando por reformas no prédio. Informações oficiais falam, que após

a reforma, vai haver substituições de bancários por terceirizados. Para Neil Emídio Júnior, diretor do Pactuingá em Paranaíba,

“uma meio forte de enfrentar a terceirização é através do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro”.

Trabalha em banco, bancário é, conclui Neil.

O fato é que Bradesco sempre foi um banco que esfolou seus funcionários.

O Bradesco é um dos poucos, se não for o único, que trata seus funcionários como simples clientes. Cobra talão de cheque, extrato e taxa de manutenção de conta. É um dos poucos que não considera dependente no plano de saúde o cônjuge da bancária.

Problemas no BB

Como se não bastassem sete anos sem repor a inflação nos salários e cortar direitos como anuênio, PCS, Plano de Comissões, além de negar as contribuições para Cassi, agora ataca o fundo de pensão. FHC quer usar o superávit técnico da Previ para saldar dívidas do BB com a Previ, o que não é permitido pelo estatuto do fundo.

Os sindicatos da CUT já contrataram escritório jurídico em São Paulo para fazer a defesa dos funcionários do BB junto a Previ. PLR e reajuste salarial e outros, só com mobilização nas diversas campanhas.

PACTUINGÁ

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTUINGÁ

CONSELHO EDITORIAL:

PARANAÍBA: Neil E. Júnior - fone (0xx44) 423-3402

e-mail: seebpvai@uol.com.br

CAMPO MOURÃO: Nivaldo Simoni -

fone (0xx44) 523-3492 - e-mail:

seebcmcut@start.com.br

TOLEDO: Zelario Brenn - fone

(0xx45) 252-1851

e-mail: sbrtr@toledonet.com.br

UMUARAMA/ASSIS

CHATEAUBRIAND: Wilson de Souza

fone (0xx44) 622-1979 e-mail:

seebumu@fenixnet.com.br

GUARAPUAVA: João Osmar

Rodrigues - fone (0xx42) 623-1371

e-mail: seebgva@almix.psi.br

Jornalista: Joel Guedes
Tiragem: 3.000 exemplares

Caixa:Contec assina acordo ruim. FHC prepara venda

É o velho problema da estrutura sindical brasileira, A Contec forjada no peleguismo do governo Vargas, mantida por imposto do Governo (o sindical), é ainda hoje usada por FHC para legitimar acordos nefastos para os funcionários do BB e da Caixa. E o mais incrível é que 90% do funcionalismo da Caixa, assim como os demais bancários, estão filiados a CNB - Confederação Nacional dos Bancários -, filiada à CUT, e que tem assinado os acordos dos bancos privados nos últimos anos. O acordo fechado pela Contec é um desastre. A CEE/CEF -

Comissão Executiva dos Empregados da CEF-CNB/CUT, - avalia que o fracionamento da jornada de 6 horas, aumentando a para 7 horas diárias vai dificultar a cobrança do passivo trabalhista e facilitar a extrapolação de jornada. Vários benefícios do PAMS vão ser remetidos para normativos internos, e pode ser excluído unilateralmente pela direção da Caixa. Isso já ocorreu com a licença para acompanhar doente da família e com a RH 008, que alterou as regras para demissão sem justa causa. A CEE/CEF, acompanhada dos deputados federais

Wellington Dias(PT-PI), José Pimentel(PT-CE) e Ricardo Berzoini(PT-SP), estiveram, no dia 11 de abril último, em audiência com vice-presidente da república.

Na pauta, a relação conflituosa e a falta de interlocução, da direção da Caixa e os sindicatos da CUT. Marco Maciel se comprometeu a conversar com Emílio Carazzai.

Boato e fato - O boato é que a Caixa esta engendrando um novo PADV para funcionários na faixa dos 40 anos. O fato é que a direção da Caixa quer repartir a empresa em duas. A nova empresa iria administrar

créditos podres ou de difícil recebimento. Ficaria a Caixa só com créditos bons.

Zelário Brenn,diretor do Pactuingá em Toledo, avalia que “esse é mais um enxugamento da Caixa preparando para a privatização, assim como é a terceirização e a transferência de serviços para casas lotéricas”. A CEE/CEF e os sindicatos vão entrar com ações para anular o acordo da Contec. Também terá nos próximos meses uma mobilização que envolverá várias instituições, entidades e movimentos populares, no sentido de denunciar e barrar a cisão na Caixa.

Falta d'água: a grande ame



Um governo sério, ao invés de privatizar se preocuparia em preservar os recursos naturais e estratégicos para o país, como a água

Desde os primórdios da civilização, os habitantes do Planeta (salvo exceções, que sempre existiram) enfrentaram as mais difíceis situações. Em muitos casos, como no holocausto, na cruzada de Hitler contra os judeus e pela dominação do mundo ou em sucessivas guerras, custaram a vida de milhões de pessoas. Até chegar aos dias atuais, quando um outro tipo

globalização do neoliberalismo – que não mata à espada ou a tiros mas impõe a milhões de homens, mulheres e crianças as mais perversas condições de vida, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A previsão é de que, em poucos anos, a reserva natural de água potável diminuirá a níveis alarmantes

Não bastasse isso, o mundo passa a conviver, nesse início de terceiro milênio, com um problema que afeta e preocupa ricos e pobres: o iminente risco de faltar água potável. Em alguns países o

esgotamento de fontes naturais de água já é uma realidade de antiga. Em outros, o problema começa a aparecer agora e a previsão é de que, em poucos anos, a reserva natural de água potável diminuirá a níveis alarmantes em todo o Planeta.

Vários fatores têm contribuído para isso. Uma radiografia dessa situação tem sido apresentada com frequência por entidades e instituições não-governamentais, preocupadas com as consequências dos avanços

FHC vende a nossa água?

No caso de uma disputa internacional pelo uso da água, futuramente, como prevêem alguns analistas internacionais, de que forma os países que privatizaram esse setor deixando-o nas mãos de empresas estrangeiras, garantirão o abastecimento à população?

Em relação a reserva de água potável, o Brasil é um país privilegiado – em que pese a situação difícil das populações do Nordeste, principalmente, que enfrentam constantemente a escassez do produto, por falta de interesse do próprio governo em abrir poços artesianos para retirar a água do subsolo.

Com um governo como o de FHC, tudo pode acontecer. Até a entrega da água brasileira ao exterior. E isso vá vem acontecendo há muito tempo com a privatização indiscriminada no setor de tratamento, distribuição de água e saneamento básico. Em diversos Estados esses serviços já foram privatizados e têm gerado enormes transtornos à população.

Torneiras secas e racionamento de água são práticas comuns onde a distribuição de água potável foi entregue a companhias privadas.

Lerner segue o mau exemplo

A tática do governo Jaime Lerner não é diferente da de FHC. O Paraná tem uma empresa pública



Se deixar, Lerner privatiza até as águas e as ilhas do Rio Paraná

eficiente no tratamento e distribuição de água potável – a Sanepar – que acumula lucros a cada ano. No entanto, essa empresa está na agenda privatista de Lerner.

O atual governo do Estado já vendeu o Banestado, está preparando a venda da Copel e está louco para leiloar também a Sanepar. Ou seja, ao invés de FHC e Lerner criarem mecanismos para defender o que é do povo, principalmente a

água, eles entregam tudo de mão beijada à especulação financeira internacional. Já venderam quase tudo e agora

querem torrar o que ainda resta. É por essas e outras que se vê diariamente nos jornais e na televisão aumentar o número de reclamações na prestação de serviços e tarifas abusivas.

Ou seja, o prejuízo é público e só o lucro fica com os estrangeiros que já dominaram setores importantes para o Brasil, como o da água, energia elétrica, telecomunicações, siderúrgicas e outros.

Se falta também

E isso já está acontecendo a privatizar, a o consequências. Todas mais prejudicam a po telecomunicações e en ne mudo e apagões são pior. A falta de chuvas mentos feitos pelas elétrico podem resultar em várias regiões do apostam que será precimento (isso se chove) acreditam ser necessário pessimistas prevêem que no fornecimento de ene nas regiões Sudeste, Cen

A reação do governo Ao invés de exigir das mentos suficientes para por energia, o governo ar que economiz

A geração de energia mente tem que superar aprender a economizar e tem que fazer a sua par responsabilidade

çça do novo milênio

da onda neoliberal globalizada.

Governos neoliberais, grandes empresas multinacionais e suas ganâncias em acumular fortunas cada vez maiores, sem ignorado sistematicamente

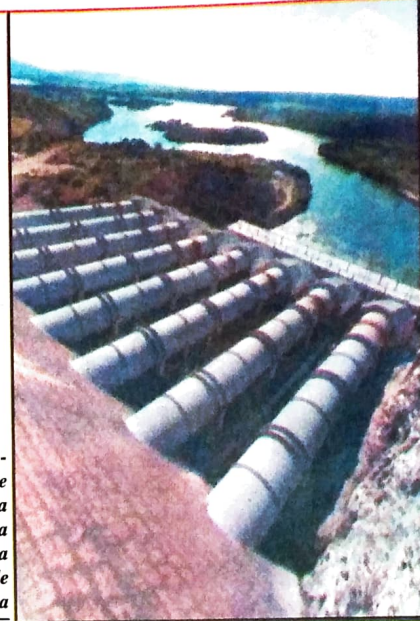
as consequências desastrosas da utilização irracional de recursos naturais disponíveis no mundo. Basta exemplificar através da degradação de reservas florestais em escala mundial e o índice alarmante

de poluição, responsável direto pela destruição da camada de ozônio e superaquecimento do Planeta. As fontes de água potável são a bola da vez e aí o problema é muito mais sério.

Em alguns países o esgotamento de fontes naturais de água já é uma realidade antiga...

É tão sério que muitos cientistas e analistas de renome internacional já começam a alertar que, futuramente, a disputa pela utilização da água pode ser responsável inclusive por conflitos mundiais. Não é de se duvidar que grandes

potências - como os Estados Unidos - que costumam ditar as regras para o resto do mundo - queiram se aproveitar da sua condição para explorar também a água de países menores. Principalmente se os governos dessas nações menores manterem a condição de submissão, como acontece atualmente - por exemplo no Brasil, na Argentina e outros países - em relação a globalização econômica que destrói o patrimônio nacional em benefício do grande capital e em detrimento do social.



O racionamento de energia elétrica é a primeira grande consequência

água, altar á luz

Desde que FHC começou tem alertado para as consequências muito sérias, mas as que são as dos setores de elétrica. No Brasil, telefonia comuns. Mas pode ficar da aos míseros investimentos privadas no setor. Racionamento de energia analistas mais otimistas corte de 5% no fornecimento). Os conservadores corte de 15% e os mais preciso um corte de 30% elétrica, principalmente Oeste e Nordeste do país. FHC a essa situação é pífia. Empresas privadas investindo a demanda nacional apenas à população para energia elétrica. Sem limites e o povo real cultura do desperdício e elétrica. Mas o governo não invés de tentar jogar a culpa sobre o povo.

UM GOVERNO SÉRIO PODERIA MUDAR A SITUAÇÃO?

É muito difícil falar em recuperação de fontes que já secaram, pois é impossível lutar contra a força da natureza. Mas é possível preservar o que sobrou.

Um governo de oposição certamente teria a constante preocupação de garantir a segurança nacional, mantendo setores essenciais sob a responsabilidade do governo. É o caso das telecomunicações, da energia elétrica, do petróleo e da própria água. Nos países onde a água foi privatizada e até mesmo no Brasil, onde algumas companhias estaduais já foram vendidas, ficou claro que o prejuízo é enorme, com perda de qualidade do produto e tarifas cada vez maiores. Isto é, para as multinacionais e para governantes neoliberais, a água é apenas mais uma mercadoria.

Os partidos de oposição, junto com sindicatos e várias outras entidades e instituições não-governamentais preocupadas com a situação, têm denunciado essa prática, pois avaliam que não há alternativa para a água porque não se pode escolher outro produto em lugar da água. Ou seja, todos precisam de água e dependem dos serviços de água para uma vida saudável e segura.

Tanto é verdade que não se pode fundar uma cidade, ou uma vila que seja, onde não exista água.

Sob qualquer ponto de vista, qualquer governo de qualquer país do mundo que esteja pensando em vender seus serviços de água estará perdendo o controle sobre os investimentos de infra-estrutura, sobre o custo da água para os consumidores e a própria regularidade no abastecimento. Se estiver correta a previsão de que num futuro próximo poderá faltar água potável no Planeta, o risco dessas nações aumenta ainda mais. É por essas e outras que a escolha dos próximos governantes terá um peso muito grande para o futuro na nação. Ou optamos pela continuidade do atual sistema entreguista do país ou elegemos alguém com capacidade e coragem para defender os interesses nacionais, inclusive as necessidades básicas, como a nossa água de cada dia.

O governo FHC é marcado pela corrupção

A corrupção já se tornou uma marca registrada do governo FHC. O mais novo escândalo, ao qual toda a imprensa tem dado ampla cobertura, envolve o desvio de dinheiro da Superintendência Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, cujo rombo pode chegar perto de 2 bilhões de reais.

Além de donos de empreiteiras, alguns políticos com estreita ligação com FHC, entre eles o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB), são suspeitíssimos de terem participado do esquema de corrupção que, segundo a Polícia Federal, é um dos maiores de todos os tempos. Esse tipo de crime acontece por dois motivos principais: 1) a facilidade que pessoas influentes no governo encontram para manipular dinheiro público e, 2) a impunidade. Na história mais recente, a caça aos corruptos não tem dado resultados. Ninguém é punido e o dinheiro não é

devolvido. Um estudo do IBGE concluiu que a corrupção consome com cerca de 60% das verbas públicas. Ou seja, o salário mínimo e as condições de vida do trabalhador poderiam ser muito melhor com o estancamento – ou pelo menos a diminuição – da corrupção no país. A oposição, os sindicatos e os movimentos populares têm pressionado para que diversas CPIs fossem instaladas. Entre as denúncias não investigadas, podem ser enumeradas: 1)- O episódio da compra de votos de parlamentares para aprovar a reelei-

ção para presidente da República, envolvendo diretamente auxiliares do governo FHC; 2) – Maio de 95: caso Sivam favorecendo empresas multinacionais em detrimento da tecnologia nacional; 3) – Novembro de 95/Proer: socorro financeiro que custou R\$ 40 bilhões aos cofres públicos, no programa criado pelo gover-

no FHC em 96 com objetivo oficial de deter a crise financeira que atingia a maioria dos bancos no país, especialmente em razão da falência dos bancos Econômico e Nacional; 4) – Fevereiro de 96: Pasta cor-de-rosa com um conjunto de denúncias de corrupção que o senador ACM utilizou para chantagear o governo e obrigá-lo a socorrer o Banco Econômico; 5) – Novembro de 98/Dossiê Cayman – documentos que indicavam a existência de um caixa dois nas Ilhas Cayman, de R 360 milhões, dinheiro que favorecia as lideranças do partido do presidente FHC; 6) – Janeiro de 99: favorecimento de grandes bancos na desva-

lorização do real, incluindo os bancos Marka e Fonte Cidam; 7)- Julho de 2000: sobras de campanha e caso Eduardo Jorge; 8) – O Caso ACM/Jader Barbalho. Também a assinatura de memorando Brasil/FMI firmado para o empréstimo da ordem de R\$ 18,1 bilhões pelo prazo de 36 meses, o não-pagamento do FGTS (um verdadeiro calote nos trabalhadores), o desmonte dos serviços públicos e o congelamento dos salários dos servidores por sete anos e, 8) – Março de 2001: gravações feitas pela Polícia Federal comprovam esquema para desviar quase R\$ 2 bilhões da Sudam. Todos esses fatos justificam CPIs. Implicam no crescimento das dívidas interna e externa, e revelam a apropriação, pelos interesses privados, daquilo que é público. Uma promiscuidade que confisca da sociedade os recursos para a superação da miséria e do atraso.

DEVERIA DAR CADEIA E NÃO PIADA, APEsar DE ENGRAÇADA!

Pergunta pra responder entre três alternativas, vinculada num programa de humor na noite do dia 17 de abril:

Prá que serve a SUDAM?

- a) - Prá preservar a mamata Amazônica?
- b) - Prá corrupto colocar o peixe-boi na sombra?
- c) - Prá botar a pororoca no pirarucu do contribuinte?

Deu POROROCA!!!

Não tem como negar

Quando a oposição defende a criação de CPI para investigar o governo FHC e seus aliados, é logo taxada de radical. Mas desta vez não há como negar. Pessoas com forte ligação a FHC estão envolvidas até o pescoço nas denúncias da Sudam. Trata-se de um esquema de corrupção tão robusto que só se encontra paralelo, em termos de dinheiro, em grandes golpes da História. Significa dizer que a "Operação Uruguai", que originou a cassação do ex-presidente Collor de Mello e a prisão de PC Farias e o golpe do juiz Nicolau no TRT paulista, por exemplo, sequer chegaram perto do esquema de corrupção na Sudam.

Até o fechamento desta edição do Pactuingá, a Polícia Federal havia prendido 16 pessoas acusadas de envolvimento em fraudes na liberação de recursos da Sudam, nos Estados de Tocantins, Mato Grosso e Pará. Entre as pessoas detidas estão José Soares Sobrinho, Pedro Antônio da Silva Sobrinho e Sebastião José Soares, que podem ter ligações políticas com o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Em Brasília, foi preso o

empresário Alberto Coury Junior, que um dia depois de preso conseguiu um habeas-corpus, concedido pelo presidente do Tribunal Regional Federal de Mato Grosso, Tourinho Neto, e já está em liberdade. Outras 11 pessoas, com prisão preventiva decretada, entre elas o empresário José Osmar Borges, considerado o maior fraudador da Sudam e acusado de ter desviado R\$ 133 milhões do órgão, estavam sendo procuradas em várias partes do País.

Resta saber se vai sobrar cadeia também para Jader Barbalho e outros políticos com fortes indícios de participação no esquema de corrupção na Sudam. A experiência no governo FHC tem mostrado que é comum acobertar processos ou investigações que envolvam autoridades, principalmente quando essas pessoas detêm ou estão bem próximas do poder, como é o caso do presidente do Senado. Significa dizer que se Jader não for investigado e punido - no caso de comprovação das denúncias - recairão fortes suspeitas também sobre o próprio presidente FHC.

Posicionamento dos deputados eleitos com votos na base do Pactuingá, em relação à instalação da CPI da Corrupção

REGIÃO	CONTRA	A FAVOR
Paranavaí:	Hermes Parcianello (PMDB) José Carlos Martinez (PTB)	
C.Mourão:		Rubens Bueno (PPS)
Toledo:	Moacir Micheletto (PMDB) Dilceu Sperafico (PPB) Werner Wanderer (PFL)	
Umuarama:	Osmar Serráglio (PMDB) Santos Filho (PFL)	Padre Roque (PT)
Maringá:	José Borba (PMDB) Ricardo Barros (PPB)	

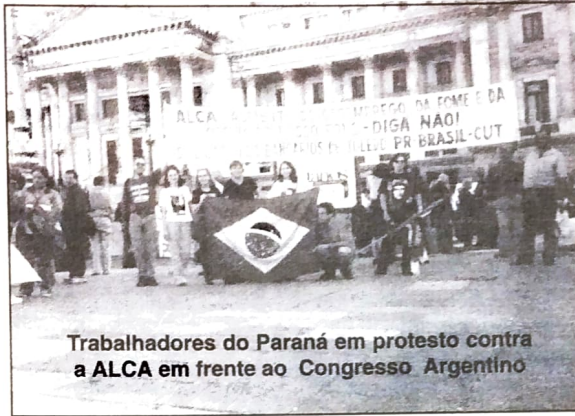
No Senado, o número de assinaturas já é suficiente para a instalação de uma CPI. Requião (PMDB) assinou. Os irmãos Osmar e Álvaro Dias (PSDB), esse último candidato ao governo do Paraná, são contra apurar a corrupção do governo FHC que, por coincidência, também é do PSDB.

ALCA barra trabalhadores

Trabalhadores foram impedidos de entrar na Argentina pela fronteira com o Uruguai.

O incidente aconteceu no dia 5 de abril quando a CUT mobilizou seus Sindicatos para participarem de uma manifestação, contra a ALCA, em Buenos Aires.

Os trabalhadores se recusaram a assinar uma declaração, em que concordavam em não participar de manifestações na Argentina. Diante do impasse fizeram a manifestação em frente aos consulados dos EUA e da Argentina. Para Valtair Apolinário, dirigente do Pactuingá, em Toledo "o cerceamento mostra que a formação desses blo-



Trabalhadores do Paraná em protesto contra a ALCA em frente ao Congresso Argentino

cos econômicos não levam em conta os anseios dos trabalhadores, que temem pelo emprego e pela desregulamentação de leis trabalhistas".

Ainda para Apolinário,

"a ALCA significa mais domínio do comércio americano, que já controla outros organismos, como a OMC, o BIRD, o FMI, entre outros".

Manifestação na Argentina e Canadá

Centrais sindicais de diversos países da América Latina encaminharam caravanas a capital Argentina, onde 15 mil trabalhadores participaram, no dia 06 de abril, de uma manifestação contra a ALCA. Na véspera participaram do Encontro Continental da

Sociedade Civil, com o tema "Outra América é Possível, não a ALCA, por Emprego, Salários, Proteção Social, Direitos Humanos e Qualidade de Vida".

Neste encontro foi elaborada uma carta, cujo principal trecho segue abaixo.

"Neste projeto estratégico dos EUA, se joga a verdadeira integração regional; joga-se as indústrias nacionais e se joga o emprego. Também se põe em xeque a preservação de nosso meio-ambiente e com ele toda a possibilidade de desenvolvi-

mento sustentável. Por sua vez atacam-se os direitos dos setores mais vulneráveis, como as crianças, as mulheres, e ataca-se também nossas culturas, nossa formação e nossa história.

Então, o que esta em discussão é nosso futuro, e de nossos

filhos, e de nossos netos. Por isso é um tema que envolve integralmente a sociedade civil, sem distinções nem exclusões". Com o mesmo objetivo o movimento

sindical esteve entre os dias 17 e 22 de abril, em Quebec no Canadá. Lá, entre os dias 20 e 22 de abril, houve outra reunião da ALCA. A CUT esteve presente. Houve 90 prisões de trabalhadores que se manifestavam contra a globalização excludente. Como se viu: livres barreiras para o capital e polícia para quem produz ele.

O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO É O NOSSO FUTURO E DE NOSSOS FILHOS...

Boa notícia

Gurapuava: na foto ao lado o Sindicato dos Bancários de Guarapuava e Região faz o terceiro pagamento de uma ação inédita à associados do Sindicato, que trabalham no Banestado.

A ação refere-se a pedido de cumprimento do acordo da FENABAN por parte do Banestado, visto que o banco não havia assinado acordo com o movimento sindical em 1996. Essa é a terceira etapa do pagamento da mesma ação. É que a base do sindicato esta jurisdicionada a quatro JCJ (Junta de Conciliação e Julgamento). O primeiro

pagamento foi para os associados de Inácio Martins e Prudentópolis que

pertencem a JCJ de Irati. O segundo pagamento foi para os associados das cidades de Canta Galo, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Palmital que pertencem a JCJ de Laranjeiras do Sul. Nessa terceira etapa o Sindicato pagou a 84 associados o valor total de R\$ 18.312,00. Resta ainda o pagamento aos funcionários



de Pitanga e Manoel Ribas, essas cidades pertencem a JCJ de Ivaiporã. Outros Sindicatos entraram com essa mesma ação mas não obtiveram o mesmo sucesso. Fica os parabéns do **Patuingá** aos bancários da região de Guarapuava que podem contar com sindicato que atua em várias frentes.

Má notícia: alguns bancários estão sendo vítimas de advogados desinformado ou inescrupulosos. Esses advogados procuram os bancários para questionar na justiça as perdas salariais dos planos econômicos. Os Sindicatos já contrataram advogados e entraram na justiça em nome dos associados, como substituto processual, questionando todos os planos econômicos. Por isso é bom ter cuidado na hora de assinar procurações para advogados. Consulte seu Sindicato e se informe sobre as ações coletivas. Caso contrário vai pagar dois honorários sem necessidade.

Assalto assustador

Todo assalto é assustador. Mas o que aconteceu no último dia 10 de abril numa agência do BB de Roncador, região de Campo Mourão, apavora ainda mais.

Para entrar no banco os assaltantes usaram um machado e quebraram a parede de vidro da frente agência. Eram 4 pessoas fortemente armadas e levaram aproximadamente R\$ 10 mil. O posto policial fica a pouco mais de 100 metros, e ninguém percebeu o assalto.

A direção do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão tomou conhecimento do assalto através de um programa de rádio e acompanhou o caso, tomando as

providências sindicais cabíveis, como fechamento da unidade por tempo necessário para uma avaliação médica dos trabalhadores envolvidos no assalto, emissão da CAT, entre outros. Para Nivaldo Simoni diretor do Pactuingá em Campo Mourão "essas providências se fazem necessárias porque é comum que as vítimas de assalto adquiram traumas por toda a vida". Fica a dica, em caso de assalto, além das instruções que os bancários já têm, como manter a calma, não reagir..., se alguém lembrar, avise o sindicato.

A injustiça do sistema tributário



Os impostos, como parece óbvio, são recursos que o Poder Público arrecada dos cidadãos para custeio das atividades gerais do Estado. As competências tributárias estão definidas na Constituição, ou seja, o direito de tributar e as restrições a esse direito têm origem na lei.

Ocorre que há uma série de distorções e injustiças que pesam principalmente sobre a camada mais pobre da população. Veja por exemplo o caso do Imposto de Renda, que é um dos mais importantes tributos na história da humanidade e, por isso, existe em praticamente todos os países.

O princípio desse imposto é de que toda pessoa física ou jurídica que tenha renda ou provento deve recolher ao governo uma porcentagem sobre esse montante. Mas, na prática, a situação é diferente. Em outros países – como os

Estados Unidos e Japão, só para dar dois exemplos – os impostos que incidem diretamente sobre a renda ou patrimônio respondem por cerca de 45% a 70% da arrecadação. No Brasil o IR é responsável por apenas 19% do bolo. Isto acontece porque no Brasil há pouco ou quase nenhuma

progressividade tributária. Sem contar que existem ainda a sonegação, a falta de fiscalização e os esquemas de isenção, principalmente de grandes fortunas.

O governo, sempre que precisa aumentar a arrecadação, apela para a criação de novos impostos. É o caso da CPMF – o imposto do cheque – criado sob a justificativa de investimentos na saúde mas

que tem servido só para ajudar o governo a tapar os rombos no Orçamento da União. A sonegação é grande e a fiscalização é zero. Até o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB) é acusado de sonegação de IR, mas ele é apenas um entre milhares de milionários que deixam de declarar suas fortunas. Enquanto isso, as classes média e baixa arcam com as consequências. Sem a progressividade do IR, um cidadão de classe média paga a mesma alíquota (ou as vezes até um pouco mais) que um banqueiro, um latifundiário ou um dono de impérios comerciais e industriais. Já

o trabalhador paga o imposto sobre tudo que consome. É por isso que o imposto de renda, que em países

desenvolvidos é o principal instrumento de combate à concentração de riqueza, no Brasil é um pálido instrumento de tributação, que incide duramente sobre o trabalhador, mas pouco tributa os que ganham muito.

A CUT defende a reversão do modelo econômico, prioridade para o desenvolvimento com distribuição de renda, estímulo ao setor produtivo e geração de emprego e renda...

REFORMA TRIBUTÁRIA É CADA VEZ MAIS URGENTE

Se a falência do sistema tributário é a principal causa da elevada concentração da renda no país, o único jeito de resolver o problema é mudar o sistema. E o caminho mais curto é a Reforma Tributária.

Embora o tema esteja em discussão há vários anos, a questão não tem recebido grande atenção. Os partidos de oposição no Congresso, que sempre defenderam a Reforma Tributária e Fiscal, têm propostas para acabar com a pesada carga tributária e as injustiças praticadas com os assalariados, que têm o imposto descontado nos

salários, e cobrar o que é justo dos mais ricos.

A luta pela Reforma Tributária, além de buscar o fim da guerra fiscal entre estados e municípios e de combater a sonegação, objetiva mudar o perfil de arrecadação, tornando o sistema mais justo.

A progressividade do Imposto de Renda é uma das propostas defendidas pela oposição no projeto de Reforma Tributária. Com a progressividade, seria cobrado mais de quem tem mais e menos de quem tem menos – como já é feito em diversos países pelo mundo. Esse sistema impediria que um trabalhador da classe média pagasse o mesmo valor que é pago por um banqueiro. Aliás, é comum banqueiros e outros milionários encontrarem sempre alguma artimanha para não pagar imposto. Com uma Reforma Tributária coerente, todas essas distorções seriam corrigidas, sem contar que com um eficiente sistema de fiscalização e combate à sonegação, a arrecadação triplicaria e o dinheiro do IR e de outros tributos poderia ser investido em investimentos sociais. Mas a insistência dos partidos de esquerda pela realização da Reforma Tributária tem sido em vão. No Congresso Nacional a maioria dos parlamentares lê na cartilha do governo e tem priorizado a votação de projetos como o que possibilitou a reeleição de FHC. Essa maioria tem se negado sistematicamente a avançar na discussão, mesmo que essa omissão custe o sacrifício de milhares de micros e pequenas empresas e da maioria dos cidadãos brasileiros que sofrem com a pesada, danosa e injusta carga tributária do país.



CUT COBRA ATUALIZAÇÃO DA ALÍQUOTA

Num ofício enviado à presidência da Câmara dos Deputados, a CUT lembra que nos últimos anos o sistema tributário tem privilegiado poucos em detrimento da grande massa de trabalhadores assalariados.

Para a CUT, a estrutura tributária, ao contrário de promover a distribuição de renda, tende a concentrá-la ainda mais. E cita como exemplo o congelamento da tabela do Imposto de Renda nos últimos seis anos, fruto da reforma

tributária infraconstitucional em vigor desde 1996, que privilegia cerca de 14 mil contribuintes de faixas de renda mais elevadas com a extinção da alíquota de 35%.

Enquanto isso, o governo onera os investimentos nas mais extensas cadeias produtivas de bens e serviços, além de repassar o imposto também na formação dos preços finais ao consumidor. Entre eles encontram-se cerca de 78 milhões de trabalhadores.